

CONSPIRADORA PARA A REBELIÃO: ALICIA EGUREN NAS MILÍCIAS FEMININAS DE 1955 A 1957

WOMAN CONSPIRATOR FOR REBELLION: ALICIA EGUREN IN THE WOMEN'S MILITIAS FROM 1955 TO 1957

CONSPIRADORA DE LA REBELIÓN: ALICIA EGUREN EN LAS MILICIAS FEMENINAS DE 1955 A 1957



Caminhos da História

Lenguita, Paula Andrea

 Paula Andrea Lenguita¹
paulaandrealenguita@gmail.com
Universidade de Buenos Aires (UBA), Brasil

Caminhos da História
Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil
ISSN: 1517-3771
ISSN-e: 2317-0875
Periodicidade: Semestral
vol. 28, núm. 2, 2023
revista.caminhosdahistoria@unimontes.br

Recepção: 30 Maio 2023
Aprovação: 26 Junho 2023

URL: <http://portal.amelica.org/ameli/journal/507/5074284003/>

DOI: <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v28n2p.9-23>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-
NãoComercial-Não Derivada 4.0 Internacional.

Resumo: Em 16 de Setembro de 1955, um golpe civil-militar derrubou o governo de Juan Domingo Perón. Este fato levou à proscrição do partido, o que motivou uma resistência subterrânea durante mais de uma década. Nas origens desta expressão de resistência antiditatorial na Argentina, encontramos uma mulher lendária desta linha insurrecional do peronismo. Alicia Graciana Eguren foi uma agitadora fervorosa e a sua liderança baseou-se nessa subversão coletiva de um regime militar que a perseguiu e prendeu durante quase dois anos, imediatamente após o desencadeamento do golpe. Para reconstruir as origens desta liderança na constituição de milícias de mulheres contra o golpe de 1955, serão tidas em conta as fontes da militância na clandestinidade e os seus próprios escritos na prisão.

Palavras-chave: Mulheres, Milícias, Ditadura, Argentina.

Abstract: On September 16, 1955, a civil-military coup overthrew the government of Juan Domingo Perón. This led to the proscription of the party, which prompted an underground resistance for more than a decade. In the origins of this expression of antidictatorial resistance in Argentina, we find a legendary woman of this insurrectionary line of Peronism. Alicia Graciana Eguren was a fervent agitator, and her leadership was based on this collective subversion of a military regime that persecuted and imprisoned her for almost two years immediately after the coup was unleashed. To reconstruct the origins of this leadership in the constitution of women's militias against the 1955 coup, the sources of the underground militancy and her own writings in prison will be considered.

Keywords: Women, Militias, Dictatorship, Argentina.

Resumen: El 16 de septiembre de 1955, un golpe cívico-militar derrocó al gobierno de Juan Domingo Perón. Esto llevó a la proscripción del partido, lo que motivó una resistencia clandestina del mismo durante más de una década. En los orígenes de esta expresión de resistencia antiditatorial en Argentina, encontramos a una mujer legendaria de esta

línea insurreccional del peronismo. Alicia Graciana Eguren fue una ferviente agitadora y su liderazgo se basó en esta subversión colectiva de un régimen militar que la persiguió y encarceló durante casi dos años inmediatamente después de desencadenado el golpe. Para reconstruir los orígenes de este liderazgo en la constitución de milicias de mujeres contra el golpe de 1955, se tendrán en cuenta las fuentes de la militancia en la clandestinidad y sus propios escritos en prisión.

Palabras clave: Mujeres, Milicias, Dictadura, Argentina.

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar desencadeado em 16 de setembro de 1955 derrubou o presidente constitucional Juan Domingo Perón. Foi imposto um regime ditatorial, autodenominado "Revolución Libertadora" (Revolução Libertadora), cujo presidente de fato foi inicialmente Eduardo Ernesto Lonardi. Uma das organizações políticas que tentaram resistir ao ataque golpista em Buenos Aires foi a Alianza Libertadora Nacional^[1]. Após essa ofensiva, Alicia Graciana Eguren^[2], próxima dessa organização, iniciou uma trajetória insurreccional, tornando-se um ponto de referência para o período após o golpe, conhecido como Resistência Peronista^[3]. O horror do levantamento militar confrontou-a com um novo compromisso: contatar, organizar e agrupar a todas e todos aqueles militantes que estavam implicados com a reorganização do peronismo na clandestinidade. Retomando a ideia de Eva Duarte^[4] diante da ameaça de um golpe em 1951, pensara em recorrer às milícias peronistas para fazer recuar a oposição bárbara. Esta medida não foi tomada imediatamente. Para Alicia, portanto, este curso tornou-se uma obsessão política desde a época do bombardeio até seu próprio fim, duas décadas depois.

O artigo reconstitui as origens da liderança insurreccional de Alicia Eguren. Que começou a ser forjada após o golpe liderado inicialmente por Eduardo Ernesto Lonardi, presidente de fato entre 23 de setembro e 13 de novembro de 1955. Ele foi substituído prematuramente por um golpe palaciano, colocando Pedro Eugenio Aramburu em seu lugar. Esse último ditador ficou no poder de novembro a 1º de maio de 1958.

Na reconstrução de uma prisão antiga, no 19 de outubro próximo do levantamento militar, quando Leonardi governava de fato, está a chave da prioridade dada pela ditadura à sua liderança. Poucos líderes foram presos nesta fase preliminar do golpe, apenas aqueles que podiam ter informações estratégicas ou a sua prisão significava uma espécie de decapitação de estruturas mais amplas. Embora o artigo se baseie principalmente na detenção ocorrida durante o governo de Aramburu, em 26 de novembro desse ano. Quando, motivada por uma pequena intervenção cirúrgica ao filho, se deslocou à casa da família, foi capturada. De acordo com os seus próprios escritos na prisão e as crônicas da imprensa clandestina sobre ele, é possível compreender a notoriedade que começou a alcançar entre as jovens peronistas e não peronistas nessa recente fase insurreccional do partido. Notas dadas entre 1955 e 1957 (data da sua deportação), que permitem compreender as nuances de uma referência para as milícias femininas da época. Esta reputação conquistada na prisão permite destacar a forma como uma mulher capitaneou um segmento da reestruturação clandestina

AUTOR NOTES

- i Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora independente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas. Coordenadora do Programa de Estudos Críticos sobre o Movimento Operário do Centro de Estudos e Investigações Laborais. Compiladora do livro: "La resistencia de las mujeres en gobiernos autoritarios: Argentina y Brasil (1955-1969)" em 2020 e do livro "68 Obrero en Argentina y Brasil: 50 años después" em 2018. Professora de pós-graduação na Universidade de Buenos Aires na Argentina e na Universidade Federal da Integração Latino-Americana no Brasil. E-mail: paulaandrealenguita@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6665-0554>.

do partido. Ele se passa perante a oposição de outras secções femininas do peronismo, que foram forjadas nos tempos constitucionais do partido no poder.

Em suma, este período na prisão, fundamental para a sua liderança insurrecional, será reconstruído a partir da correspondência que trocou com outros líderes do peronismo ameaçado, incluindo o próprio Perón. Este material faz parte da coleção de documentos que leva o seu nome da Biblioteca Nacional da Argentina^[5]. Assim como alguma documentação da imprensa militante desses anos de clandestinidade do partido, que também faz parte do mesmo arquivo documental

O ABISMO DO MASSACRE

O bombardeio da Plaza de Mayo, também conhecido como massacre da Plaza de Mayo, foi o primeiro ataque aéreo contra alvos terrestres, realizado pelas forças aéreas argentinas, tanto Força Aérea quanto de Aviação Naval. Em termos políticos, foi a tentativa de golpe de Estado na Argentina em 16 de junho de 1955 na cidade de Buenos Aires. Quando um grupo de militares e civis opositores do governo do presidente constitucional Juan Domingo Perón bombardearam e metralharam a área ao redor da Casa Rosada, a sede do governo do presidente, a sede da Confederação Geral do Trabalho e a residência presidencial^[6].

Ao meio-dia de 16 de junho de 1955, as imagens que ela teve que testemunhar do massacre foram um ponto de inflexão na vida de Alicia Eguren^[7]. Os corpos mutilados de civis aniquilados por aviões navais representavam para ela a ameaça mais selvagem de quão longe o anti-Peronismo estava preparado para ir. A mais clara demonstração de ressentimento da classe contra o peronismo. Foi uma experiência política que ela acompanhou desde o início. Mulheres, homens, meninos e meninas foram submetidos a uma violência insana, criando um período sem precedentes na história do país. Depois desse massacre, nada voltaria a ser o mesmo.

Depois dos atentados à bomba na Plaza de Mayo, que prefiguraram planos de golpe posteriores, Alicia Eguren estava presta a fazer uma mudança radical em sua vida. Como seis anos antes, em 1955^[8], esta mulher, que havia superado a fofoca patriarcal para abandonar as luzes da diplomacia europeia e se tornar mãe solteira na Argentina, foi confrontada com uma decisão memorável: tomar o caminho da resistência à ameaça de um golpe de Estado. O abismo do massacre a colocou novamente em um grande dilema, que ela havia superado anos antes ao voltar para casa, abandonando um casamento fracassado e uma vida como diplomata na burguesia inglesa^[9]. Esquecendo um antigo anseio, de dar à luz um amálgama de pensamento nacionalista próximo ao peronismo, para o qual ela só poderia fazer uma breve proposta para latino-americanizar o peronismo (SAZGÓN, 2015). Em outras palavras, seis anos antes, sua falta de enquadramento a obrigou a romper muito cedo com a aventura editorial da Revista Sexto Continente (MARTÍNEZ GRAMUGLIA, 2015)^[10].

A decisão de acompanhar o peronismo sem partidarismo não era mais uma opção diante da barbárie do golpe, e assim a maneira calma de uma professora universitária não era mais um destino imediato para Alicia. Desta vez, após o massacre, o dilema se apresentou novamente, mas sua decisão foi mais ousada, ela optou por se revelar. A literatura e o debate intelectual eram demais para o compromisso da hora. A vida acadêmica pacífica tornou-se absurda diante da ameaça de um golpe, que não teve escrúpulos sobre massacrar cidadãos que só queriam testemunhar uma homenagem a seu herói do passado: o General San Martín (SEOANE, 2014). Vinte e oito bombardeiros da Marinha jogaram catorze toneladas de explosivos na Casa Rosada, no Palácio Unzué (a residência presidencial na época) e na área ao redor da Plaza de Mayo. Aviões com o slogan "Cristo Vence" foram diretamente responsáveis pela sangria de compatriotas indefesos. Muitos dos nomes das vítimas indefesas permanecem anônimos, mas supõe-se que no total havia pouco mais de 300 mortos e cerca de 1000 feridos naquela fatídica manhã quando tudo mudou (CICHERO, 2005).

O choque profundo do gesto implacável dos golpistas e a ameaça mais brutal de continuar, significou que a eleição foi quase imediata. A aniquilação de concidadãos pela Marinha deixou claro que a ameaça ao peronismo iria mais longe do que em 1951. Quando outro caudilheiro militar, o general Menéndez, o 28 de setembro de 1951 tentou iniciar um novo processo de fato. Em resumo, o massacre prefigurou um tempo negro para o peronismo e para o país. Uma leitura que a determinou a dar uma nova direção à sua vida, e a deixar de lado os laços pessoais de sua família para dar sentido a uma ação insurgente da qual ela não se separaria até sua morte, duas décadas depois.

No final, embora o massacre tenha alterado a vida de Alicia e outros ativistas (BARRANCOS, 2012), a tragédia não atingiu seu objetivo político: assassinar o presidente e governar através de uma junta militar. Esse momento chegou três meses depois.

UMA MILITANTE DA RESISTÊNCIA SUBTERRÂNEA

Como nada seria o mesmo depois do massacre, Alicia procurou acelerar o processo de construção de uma estrutura clandestina, que primeiro interromperia o próximo golpe e depois organizaria a nova etapa. Dos escombros do massacre, Alicia se levantou para deter a tragédia do golpe e construir uma resistência para derrotá-lo. De fato, ela entrou em contato com John William Cooke^[11], que conheceu nos primeiros momentos do peronismo no poder, em suas próprias palavras:

Conheci Cooke em 1946; ele já era deputado e teve que dar uma palestra no centro de estudos dirigido por Ricardo Guardo. Eu não o vi mais até 1955. Em 16 de junho, após o massacre na Plaza de Mayo, procurei por ele para me colocar à sua disposição: eu tinha certeza de que ele era um homem de luta. Só o encontrei cinco dias após 16 de setembro, graças a José María Rosas" (Entrevista com Alicia Eguren, Revista *Panorama* N. 222, 27 de julho de 1971).

Como assinala Alicia Eguren num testemunho dado à Revista *Panorama*, a sua relação com o historiador José María Rosas, ambos pertencentes ao Instituto de Investigaciones Históricas, permitiu-lhe estabelecer contacto com John Cooke. Nesse círculo de intelectuais que procuravam contestar os aspectos revisionistas da livraria Imago Mundi, entre outros debates, conheceu o homem de confiança de Perón após o seu exílio forçado. (SEOANE, 2014). Este apoio foi endossado diante dos acontecimentos violentos, quando ele foi nomeado interventor do Partido Peronista na Capital Federal, em 11 de agosto de 1955. A partir dessa posição privilegiada, Cooke tornou-se o líder peronista consciente de sua proposta de organizar a resistência naqueles dias de perplexidade. Sua proposta consistia em formar milícias militantes, operárias e políticas, que, com o conhecimento do serviço militar obrigatório, enfrentaram a repressão do golpe. Alicia acompanhou de perto estes movimentos de resistência subterrâneos.

A posição insurgente não se abriu com o consentimento do líder naquela época. Mesmo assim, aquela época de conspiração permitiu que ela soubesse onde as ameaças e o apoio estavam dentro do partido. Alicia estava perto de Juan Perón, quando ele fez seu discurso em 31 de agosto de 1955. Da varanda da Casa Rosada, Juan Perón respondeu à subversão do golpe com a frase: "quando um de nós cair, cinco deles cairão". Ao contrário das expectativas, esta posição gerou pouco apoio nas fileiras Justicialistas, muitos dos quais assistiram impotentes ao desmoronamento do governo. Na verdade, os próprios quadros abandonaram o líder em sua maioria, quando não se juntaram à mobilização de John Cooke em apoio a ele naqueles dias. Dos setores mais esperados, houve um recuo silencioso, mas mortal, aquele que iria minar a própria sobrevivência de seu partido político.

Para Alicia, adotar uma posição insurgente diante do massacre ameaçador sobre do peronismo no poder teve, sem dúvida, consequências imediatas. Ela era o alvo definitivo da repressão carcerária - apesar de sua condição de mulher, um fato bastante revelador sobre os novos tempos de golpe de Estado no país (GORZA, 2014). Esse ataque à população desarmada na Plaza de Mayo fez soar o alarme sobre a mudança de época, e a necessidade de reorganizar o partido em condições de crescente clandestinidade. Ela deixaria de ser uma

intelectual del peronismo se tornar o principal ponto de referência feminino daquele período insurgente, que começou antes mesmo do golpe, entre junho e setembro de 1955.

Como Alicia assinalou na revista *Crisis*, em um artigo intitulado "Carta de 1955" (PONZA, 2016), a mais longa proscrição da história argentina começou naquele ano. Fazer da política, no seu reverso, o sinônimo de conspiração e clandestinidade para o peronismo. Além disso, este lento esforço para tornar a violência uma forma elementar de política no país foi consequência de um Estado que não conseguiu proteger a vida. Este início do fim, entre junho e setembro, foi também para Alicia, em sua vida pessoal, uma caçada. Era o começo do fim de sua vida anterior, o começo de uma vida mais abertamente clandestina, e de uma violência ininterrupta.

A PRISÃO DA DITADURA

O golpe de Estado de setembro de 1955 marcou o início da prisão de Alicia e o início de uma complexa série de violência repressiva da qual ela foi objeto privilegiado. Mais especificamente, em 19 de outubro, ela foi detida por 24 horas, dando-lhe um aviso de que seria um longo período de perseguição. Em 26 de novembro, ela foi novamente detida e mantida incomunicável, por ordem do Executivo Nacional, sob a acusação de "conspiração para rebelião".

A mensagem de "não haverá vencedores nem vencidos" do primeiro presidente golpista, Eduardo Lonardi, foi ouvida apenas pelos setores nacionalistas e católicos que ele representava, dentro da coalizão que levou ao derrube do seu papel no golpe. No outro extremo estavam os representados por Aramburu, que acabaram sendo deixados à frente da ditadura. Refiro-me àquele setor cujo objetivo no golpe sempre foi claro: desconstruir a política argentina. O objetivo daquela reestruturação conservadora e antipopular exigia um ataque ao simbolismo peronista e, fundamentalmente, uma caça à liderança peronista.

A decapitação fazia parte de um plano abrangente que também era composto de instrumentos legais, tais como a anulação da Constituição de 1949 e o Decreto 4161/56 de 9 de março do ano seguinte ao golpe, no qual são expressas as seguintes proibições:

O uso da fotografia, retratos e esculturas oficiais peronistas ou seus parentes, o brasão e bandeira peronista, o próprio nome do presidente deposto, o de seus parentes, as expressões peronismo, peronista, justicialismo, justicialistas, terceira posição, as datas exaltadas pelo regime deposto, as composições musicais ou fragmentos delas, chamadas Marcha de los muchachos peronistas, Evita capitânia, as obras ou fragmentos delas, do presidente deposto e sua esposa. (DOS SANTOS, 1983, 78/79)

A acusação de "conspiração para rebelião" contra Alicia foi contestada várias vezes por seus advogados, e ela foi absolvida do caso em 21 de dezembro de 1955, como pode ser lido na Carta ao Ministro do Interior: Dr. Carlos Alconada Aramburu (Buenos Aires, março de 1957, 1, Fundo Cooke-Eguren, BN). No entanto, sete dias depois, um novo mandado de prisão a torna novamente alvo de repressão. Desta vez, porém, ela teve que passar seis meses em detenção incomunicável sem ser questionada. Com uma circunstância agravante, ela foi transferida para a prisão feminina de "Lisando Olmos", sob a negação de habeas corpus para deixar o país.

A provação de Alicia entre novembro de 1955 e junho de 1957, quando ela foi extraditada, merece uma seção especial. A perseguição por ser a parceira de John Cooke era constante. De acordo com seu próprio registro policial no Arquivo Histórico e Museu do Serviço Penitenciário de Buenos Aires, ela foi acusada de formar uma associação ilícita por rebelião popular. E estes mesmos arquivos repressivos são centrais para o estudo do golpe de Estado contra mulheres como Alicia. Quando o número de registros criminais das detentas mostra o grau de progresso nestas prisões políticas de mulheres peronistas em geral (CASTRONUOVO, 2016).

Na lembrança de seu filho, o significado oculto desta acusação é mais do que claro. Na sua primeira captura, segundo Pedro, em 26 de novembro de 1955, elas estavam na casa da família na Rua Castro Barros, junto com seus avós, Ramon e Mamaína. Era uma situação excepcional desde que Alicia tinha ido para a clandestinidade,

como mencionei, desde o massacre na Plaza de Mayo. Mas naquele dia Pedro havia sido submetido a uma cirurgia adenoide, e sua mãe o visitou por esse motivo, para verificar seu estado de saúde. À meia-noite, um destacamento conjunto da Marinha e da infantaria do Exército, comandado pessoalmente pelo general Juan José Uranga, invadiu a casa, procurando sua mãe. Antes disso, de fato, os militares tinham cercado o quarteirão, e de um alto-falante ameaçaram violentá-la se Alicia não se entregasse. A resposta de sua mãe foi fugir, através dos terraços das casas vizinhas. Pedro tem um registro rígido desse momento angustiante, vendo-se defendendo sua mãe dos militares com uma "metralhadora de luzes", que lhe havia sido dada algum tempo antes.

Mas a defesa infantil de seu filho não foi suficiente; ela foi arrastada violentamente para dentro de um caminhão do exército e levada para o quartel general do Serviço de Inteligência Naval, onde começou o primeiro de muitos interrogatórios. A viagem continuou quando dias depois ela foi transferida para a prisão feminina Buen Pastor, rua Humberto Primo 378, no bairro de San Telmo. Algum tempo depois, em janeiro de 1956, ela foi transferida para seu destino de cativo, a prisão feminina de Lisandro Olmos, a nove quilômetros do Partido de La Plata, por ordem do Poder Executivo, conforme o Decreto assinado por Aramburu (o mesmo decreto que mais tarde tornou possível sua deportação).

Durante este tempo de cativo, ela foi atacada durante os interrogatórios com bastão elétrico (MACRI, RODRÍGUEZ, 2006). Em alguns casos, o próprio General Uranga, que a aprisionou, disse-lhe que parte desta crueldade para com ela era porque ela era a parceira "conspiradora" do líder Cooke. Desde aquele primeiro momento, Alicia sabia que seu caso amoroso significava tratamento pior e humilhação constante por parte de seus carcereiros. Eles chegaram ao ponto de contaminar sua comida, provocando repetidos ataques gastrointestinais que deterioraram profundamente sua saúde. Fragmentos de depoimentos de outros presos políticos descrevem com precisão o estado dessas detenções.

Ela fazia parte do grupo de mulheres ali detidas, colocadas sob a custódia das freiras do Bom Pastor, em um regime diferente do das prisões masculinas. Essas freiras eram o oposto do que é geralmente conhecido como uma missão católica ou cristã. Elas tinham condições sub-humanas. Não tinham acesso às oficinas. Impossibilidade de obter um livro. Comida ruim, que tinha que ser ingerida sob a dor da fome. E um total desrespeito pela vida e saúde dos detentos, cuja eletricidade foi cortada às nove horas e as portas das celas foram trancadas. Quando chegaram os primeiros lotes de prisioneiros, a população carcerária causou todo tipo de aperto e desconforto (PICHEL, 1998: 23).

O assédio para Alicia também atingiu sua família. Seu filho lembra que a casa da família estava sob um sistema repressivo. Ela era ocupada por marinheiros que pertenciam ao Serviço de Inteligência Naval. De fato, esta intervenção significou que este grupo de fuzileiros trabalhou em turnos duplos para vigiar de perto todos os membros da família. Pedro lembra que foi obrigado a comer com estes repressores e que quando eles saíram para a rua, eles até o acompanharam com metralhadoras. Como ele mesmo explica, ele também foi refém da ditadura, e um exemplo sinistro de como as crianças, a partir daquele momento, se tornaram os despojos da guerra, como aconteceu mais tarde com o Terrorismo de Estado a partir de 1976.

MILÍCIAS DE MULHERES

Em 1 de dezembro de 1955, o Partido Peronista foi banido tanto em seus ramos masculino como feminino. A violência do golpe foi um sinal de arrogância anti-Peronista. Sua vida e a de sua família foram objeto de repressão ditatorial. Como a dela, outras mulheres foram levadas à militância clandestina, não apenas aquelas que tinham responsabilidade institucional no ramo feminino do partido, mas também aquelas que, diante do abuso do golpe, decidiram se comprometer mais com a resistência (BELLOTTA, 2019). Por exemplo, há um episódio que, além do massacre, conseguiu ganhar apoio entre as mulheres peronistas para enfrentar esta nova etapa insurgente^[12].

A desorientação e a falta de unidade no Peronismo começaram a se tornar evidente naqueles meses de espera entre o bombardeio e o golpe em si, então Alicia ficou clara sobre qual era a tarefa nesta fase insurrecional: reestruturar o ramo feminino do partido em um esquema de célula da milícia. Mas mesmo nestas condições, a reorganização do ramo feminino do partido dependia da comunicação interna, de modo que ela conseguiu distribuir cartas aos jovens militantes que a seguiam. Como mencionado, o circuito de distribuição de correspondência era bem oleado e tinha a casa da família Eguren como o centro nevrálgico de distribuição. Segundo os relatos, a chave era um caixa na casa do químico, que pertenceu a Mamaina, a mãe bioquímica de Alicia, em frente à casa da família. Quando solicitado por uma aspirina e uma senha, estava pronto para circular o material para ambos os lados da distribuição clandestina, e mais precisamente para circular as mensagens que Alicia enviava para as células dos jovens peronistas que ela estava organizando.

Evidentemente, a prisão não a impediu de continuar a conspirar a favor da resistência, mesmo quando críticas e até mesmo denúncias vinham de sua própria frente, o que não só chegou aos ouvidos do líder no exílio. De uma carta escrita pelo próprio Cooke para Alicia. Cooke, com sua ironia característica, adverte sobre o clima de hostilidade que Alicia despertou em outros prisioneiros peronistas: "Você, senhora, aproveitou a oportunidade para me fazer vítima de sua artimanha e insolência: você questionou meu talento incontestável, minhas virtudes para o comando e minha condição de líder; você criou sérias dificuldades em minha abordagem ao setor feminino do Partido" (BELLOTTA, 2019, p. 247). Pela correspondência, é possível saber que o boicote da tarefa insurrecional que Alicia estava realizando a partir da prisão veio do mesmo ramo feminino do partido, embora não esteja claro qual era o ritmo ou a extensão do confronto durante aquele tempo de prisão (CICHERO, 1992).

O testemunho mais vivo destas discordâncias entre os "duros" ou "leves" e os "suaves" ou "moderados", que também pode ser entendido como uma disputa geracional, está registrado na autobiografia de Ana Macri (MACRI; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, 2006). Ela compartilhou os dois lugares de prisão com Alicia e, portanto, viveu muito unida nesse confinamento. No caso de sua coabitação na prisão Buen Pastor, ela até dividiu um dormitório com Alicia e outras 19 companheiras. As semelhanças são bastante críticas ao estilo e à personalidade de Alicia ao assumir o comando e liderar a reorganização. Basicamente, o questionamento, segundo Ana Macri, foi dirigido a sua abordagem insurrecional da política nesta nova etapa e seu modelo libertário para conceber o trabalho das mulheres em todos os sentidos da palavra (MACRI; ÁLVAREZ RODRÍGUEZ, 2006). Apesar destes questionamentos, ela é um dos mais claros testemunhos de seu papel neste tempo de reorganização clandestina da resistência.

Alicia comandava um grupo de mulheres que não eram peronistas, ou que começaram a sê-lo durante esse período de insurgência. A anedota que descreve essa composição celular na reorganização a descreve, com elegante astúcia, como a líder que ela era da prisão. A situação era a seguinte: em uma das muitas visitas que seu pai, Ramon, lhe fez, Alicia lhe deu uma lista de seus companheiros e seus números de telefone para contatá-los. Aconteceu, como era de se esperar, que elas haviam sido presas pela repressão e, uma vez na prisão, Alicia aproveitou a reunião para dar-lhes diretrizes, para que as levassem adiante uma vez libertadas. Foi o que fizeram, porque quando os carcereiros perceberam o ardid, libertaram todas (Seoane, 2014, p. 100-101).

O estilo particular de Alicia de reorganizar a resistência subterrânea, seu talento para a conspiração e sua astúcia em reverter as condições de confinamento lhe deu um papel central naquele tempo de mudanças internas entre o partido e as celas. que virou algumas das legisladoras do ramo feminino do partido contra ela.

Em grande medida, as distâncias que existiam entre a direção insurrecional e as outras ex-presas peronistas eram triplas. O fato de estar à margem da época do peronismo no poder e da sua própria juventude permitiu-lhe ter uma abordagem mais franca em relação às jovens que tentavam alargar a área de ação dessa lógica de influência. A sua própria situação emocional, sendo uma mulher sozinha a criar um filho pequeno e em plena relação epistolar com o líder insurrecional, John Cook, era outra expressão desse distanciamento. Mas a maior oposição que encontrou foi a de Delia Paroldi, uma antiga deputada que chegou a escrever a Perón para

denunciar as manobras conspiratórias que ela estava a fazer para dar um rumo insurreccional à ala feminina do partido, procurando segregá-la.

A DEPORTAÇÃO

No final de 1956, Alicia enviou várias cartas aos que lhe eram próximos, contando-lhes as condições de sua prisão e seu estado de saúde precário. Mas mesmo nestas condições, sua decisão de não aceitar a proposta da ditadura de deportá-la foi persistente. Já disse que a carta do decreto que a mantinha na prisão, tornou possível essa saída forçada do país no caso de Alicia - como foi também o caso da liderança peronista: Juan Domingo Perón. E é novamente sua mãe que tomará a iniciativa, Mamaína, sua mãe, escreveu uma carta ao governo de Pedro Aramburu solicitando a libertação imediata de sua filha, que foi publicada na edição n. 108 da revista *Qué sucedió en 7 días* (SEOANE, 2014).

Após muitos meses na prisão, um Decreto-Lei nº 20622/56 permitiu sua extradição, conforme informado no documento "Situação carcerária da Dra. Alicia Eguren (Fundo Cooke-Eguren da Biblioteca Nacional). Outra documentação da mesma coleção pública também revelou a fragilidade jurídica de sua detenção e, ao mesmo tempo, a explicitação de sua influência política quando fala de "vagas acusações de perigosidade", com base em sua suposta capacidade organizacional na clandestinidade ("La Dra. Eguren desde la Cárcel", Azul y Blanco, Buenos Aires, 31 de outubro de 1956). Talvez como resultado desta ação, em 30 de abril de 1957 foi-lhe finalmente concedida a opção de deixar o país, de acordo com o decreto de expatriação no. 4320/57. Mas na condição de que o fizesse por via aérea e sem uma escala na Espanha. Entretanto, quando ela foi levada à Polícia Federal em 3 de maio para obter seu passaporte na Polícia Federal, ficou claro a partir das notas detalhadas da burocracia repressiva que Alicia se recusou a viajar para a Espanha de avião, quando ela estava na seção de Embarcado da polícia. Seus argumentos se baseiam em sua saúde deteriorada e na capacidade muito pobre de sua família para pagar a viagem.

Depois de uma série de recuos entre a burocracia repressiva, o judiciário, os médicos e os parentes de Alicia, em 27 de maio de 1957, seu pai tirou uma passagem com a empresa Navi France - Franco Sul Americana de Comércio Marítimo S.A. - no navio a vapor de terceira classe L. *Lumiere*, com destino a Vigo na Espanha. Nesse caso, a polícia ordenou o embarque de Alicia em 7 de junho de 1957, sob a condição expressa de que a documentação lhe fosse devolvida pelo comissário de bordo somente quando ela pusesse os pés em solo espanhol. O desembarque foi tão tenso que nem sua mãe nem seu filho puderam se aproximar dela, eles só conseguiram se despedir dos degraus da esplanada marítima, em um dia cinzento às 17h30min quando a viram partir.

A rota do navio significava que ele pararia em Montevideú, razão pela qual Alicia concebeu um plano para escapar dos tentáculos repressivos, o que ela pôde concordar com os camaradas peronistas que estavam no Uruguai. Embora o destino fosse a Bélgica, Alicia, com a cumplicidade de alguns marinheiros, foi capaz de se lançar no cais e fugir. Ela não podia ser detida em território uruguaio, por isso teve que forçar um escândalo diplomático por meio do qual obteve asilo temporário na alfândega.

EM CONCLUSÃO

Com base em diferentes testemunhos, correspondência e imprensa militante, reconstruí algumas seções das origens da liderança de Alicia Eguren, que anos mais tarde se destacaria ainda mais por sua liderança inigualável na época insurreccional do peronismo nos anos sessenta (LENGUITA, 2018). Neste documento, me dirijo aos estágios iniciais desta consolidação, levando em conta sua personalidade rebelde na reestruturação do partido, após a proscrição que duraria até 1973. A perseguição prisional a que ela foi submetida até mesmo fortaleceu sua liderança. Ela lhe deu as ferramentas para conceber o papel do ramo

feminino do partido diante da ofensiva golpista. Os dois anos de prisão, entre 1955 e 1957, foram o tempo que ela precisou para delinear um pensamento insurrecional, que ela tentaria estabelecer no Peronismo por décadas (LENGUITA, 2019).

A partir de diferentes oposições internas, descobriu muito rapidamente quão vanguardista era seu pensamento, mesmo nos momentos de maior repressão ditatorial, onde a falta de respostas poderia significar a vida de muitos camaradas. A expressão mais completa deste pensamento insurgente foi a tentativa de conceber uma reorganização, a partir da prisão, baseada em celas clandestinas de mulheres. Um raciocínio que tinha até aparecido em Evita, naquela tentativa anterior de golpe em 1951. E que, além disso, Cooke defendeu perante Perón nos meses vertiginosos entre o massacre e o próprio golpe institucional.

De fato, esses anos de confinamento enraizaram profundamente os seus sentimentos insurrectos e permitiram-lhe, por sua vez, fazer-se ouvir mais alto entre as mulheres e os homens que aderiram ao peronismo na clandestinidade, para construir uma resistência ao virulento golpe de Estado que conduziu ao massacre de 1955. E, sobretudo, foi um momento em que ela abandonou as suas ocupações doutrinárias de um governo encurralado por uma referência insurrecional, em consonância com os tempos de perseguição que se avizinhavam. Nas palavras daqueles que a consideravam uma dirigente nata, salientando que foi forçada à pressão porque: "era um expoente máximo da intelectualidade argentina, que, quando surgiu o caos em que se debatia o país, saiu em defesa da doutrina justicialista e para organizar o movimento de libertação" (Dra. Alicia Eguren. Alicia de la Patria, Prisionera de la Revolución", Boletín N 154, Buenos Aires, 3 de Abril de 1956, Fondo Cooke-Eguren, BN).

Em suma, o itinerário proposto lança as bases do seu poder de rebelião e do seu papel proeminente nos tempos difíceis do peronismo, após o golpe de Estado de 1955. No entanto, a sua força é também a sua fraqueza, estando demasiado exposta aos sectores mais conservadores do peronismo. Num período de incerteza, violência e instabilidade que começava a mostrar a sua face mais dramática, Alicia fez o seu caminho como líder insurrecional e organizadora dos quadros rebeldes que começavam a ganhar forma na clandestinidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRANCOS, D. *Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos*, Buenos Aires: Sudamericana, 2010
- BARRANCOS, D. *Mujeres, entre la casa y la plaza*, Sudamericana, 2012
- BELLOTTA, A. *El peronismo será feminista o no será nada*, Buenos Aires: Galerna, 2019
- CARUSO, V. Del Nacionalismo o los cauces de la izquierda peronista. Un recorrido por la trayectoria política e intelectual de Alicia Eguren durante la proscripción del peronismo, *Izquierdas* (49), p. 827-847, 2020,
- CASTRONUOVO, S. (2016) "El rol de la Revolución Libertadora en el encarcelamiento de la militancia femenina peronista (1955-1958)". *Revista Historia del Derecho* (51), p. 49-71, 2016.
- CICHERO, M. *Cartas Peligrosas*, Buenos Aires: Planeta, 1992
- CICHERO, D. *Bombas sobre Buenos Aires*, Buenos Aires: Vergara, 2005
- DELEIS, M., DE TITTO, R., ARGUINDEGUY, D. *Mujeres en la Política Argentina*, Buenos Aires: Aguilar, 2001
- DOS SANTOS, E. *Las mujeres peronistas*, Buenos Aires: CEAL, 1983
- GORZA, A. Participación política de las mujeres en la Resistencia peronista: entre la permanencia y el cambio (1955-1962), *VIII Jornadas de Sociología* de la UNLP, 2014
- GORZA, A. (2011) Línea Dura. Una voz femenina en la resistencia peronista (1957-1958)", *Cuadernos de Ideas* (5).
- LENGUITA, P. A. Prisionera de la Revolución. Los orígenes del compromiso político de Alicia Eguren con el peronismo (1946-1959). *Revueltas* (4), p. 115-130, 2021.

- LENGUITA, P. A. Mujeres insurgentes en la antesala del Cordobazo, *Cuadernos de Historia* (23): 43-62, 2019.
- LENGUITA, P. A. A medio siglo del levantamiento de la Fuerzas Armadas Peronista en Taco Ralo, *68 Obrero en Argentina y Brasil: 50 años después*, Buenos Aires: CEIL, 2018.
- MACRI, A.; ÁLVAREZ RODRIGUEZ, C. *Mi biografía política*. Buenos Aires: INIHEP, 2006.
- MARTÍNEZ GRAMUGLIA, P. Las múltiples coordenadas de Sexto Continente, *Ideas y debates de la Nueva Argentina (II)*, 2015.
- PICHEL, V. *Delia Parodi: Una Mujer en el Congreso*, Buenos Aires: Círculo de Legisladores de la Nación Argentina, 1998.
- PONZA, P. Revista Crisis: primera época (1973-1976). Revisionismo histórico y cultura, *Improntas de la historia y la comunicación* (3), 2016.
- SAZBÓN, D. Sexto Continente: una apuesta por una tercera posición latinoamericana en la cultura peronista, Prislei, L.(Dir.) *Polémicas intelectuales, debates políticos*, Buenos Aires: WFFL, 2015.
- SEOANE, M. *Bravas. Dos mujeres para una pasión argentin.*, Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

NOTAS

[1] O assalto armado ao Ministério da Marinha, o 22 de setembro desse ano, foi interrompido por bombas de dois tanques do exército, que demoliram a sede da organização na Rua San Martín, 392, ferindo a duas mulheres (Dra. Varela e uma ativista chamada Beceiro).

[2] Alicia Graciana Eguren foi uma política e intelectual peronista. Nasceu a 11 de Outubro de 1925 na cidade de Buenos Aires e foi assassinada pelas garras do Terrorismo de Estado em 1977, segundo o testemunho de alguns sobreviventes dos campos de extermínio da ditadura civil-militar iniciada em 1976. Iniciou a sua participação política nos círculos universitários da Alianza Libertadora Nacional (Aliança Libertadora Nacional), para depois experimentar diferentes expressões insurreccionais com o peronismo proibido, período que cunhou o nome de Resistencia Peronista (Resistência Peronista). Na década de 1960, criou uma estrutura denominada Acción Revolucionaria Peronistas (Acção Revolucionária Peronista), que viria a ser a fonte da maioria das organizações político-militares desta orientação.

[3] A Resistência Peronista é o nome dado ao período de dezoito anos da história do peronismo ilegalizado. Para indicar um movimento de resistência insurreccional que enfrentou as ditaduras e os governos civis instalados de Setembro de 1955 a Maio de 1973, com o regresso do peronismo ao governo sob a presidência de Héctor José Cámpora.

[4] Maria Eva Duarte de Perón, conhecida como Evita, foi uma política argentina casada com o presidente Juan Domingo Perón. Nasceu em Los Toldos, na província de Buenos Aires, a 7 de Maio de 1919 e morreu em Buenos Aires a 26 de Julho de 1952. Com a tentativa de golpe militar em 1951, Evita promoveu a criação de milícias de autodefesa dos trabalhadores.

[5] Num trabalho que escrevi em 2021, utilizei grande parte da reconstrução histórica da prisão de Alice, graças ao testemunho do seu próprio filho. Embora fosse um rapazinho nesses anos, ele tem relatos vívidos do sofrimento da sua família durante essa parte da vida política da sua mãe.

[6] Em 2010, o Arquivo Nacional de Memória da Secretaria de Direitos Humanos publicou uma investigação que identificou 308 mortos e "um número incerto de vítimas cujos corpos não puderam ser identificados, como resultado de mutilações e carbonizações causadas pelas deflagrações".

[7] O atentado da Plaza de Mayo, também conhecido como massacre da Plaza de Mayo, foi a tentativa de golpe de Estado na Argentina, em 16 de Junho de 1955, na cidade de Buenos Aires. Quando um grupo de militares e civis opositores ao governo do presidente constitucional Juan Domingo Perón bombardeou e ametrallaron a área em torno da Casa Rosada, a sede do governo do presidente, a sede de la Confederación General del Trabajo e a residencia presidencial. De acordo com as reconstruções efectuadas até à data, mais de 300 civis foram mortos.

[8] Um dilema semelhante se apresentou a ela em 1949, quando, após a separação do pai de seu filho, ela foi confrontada com uma nova direção em sua biografia. Naquela época, o desejo de acompanhar mais intensamente o processo político do país também desempenhou um papel.

[9]Ela optou pela vida pacífica de professora universitária e mãe solteira em uma sociedade patriarcal que ainda estava estagnada em 1949. E ela abandonou um princípio libertário menos acolhedor para uma mulher separada dos cânones clássicos do sexismo da época (BARRANCOS, 2010).

[10]Neste caso, faz-se referência a uma revista que editou entre 1949 e 1950. *Sexto Continente. A Revista de Cultura para a América Latina* foi publicada em Buenos Aires entre Julho de 1949 e Dezembro de 1950. Alicia foi responsável pela direção editorial, juntamente com Armando Casella, até ao quarto número. O objectivo da publicação era considerar a América Latina como um continente ao mesmo tempo indiviso e diferenciado, como assinalavam no número introdutório da revista. Eles destacaram que seu "futuro imediato é gravitar os destinos do mundo contemporâneo".

[11]Johan William Cooke foi um advogado e político argentino, inicialmente da União Cívica Radical - Junta Renovadora, e mais tarde deputado nacional do Primeiro Peronismo. Mais tarde, liderou a orientação insurreccional do peronismo até à sua morte em 19 de Setembro de 1968. No período imediatamente a seguir ao golpe de Estado, foi nomeado pelo próprio Juan Domingo Perón, em exílio forçado, como mandatário do Movimento Nacional Justicialista.

[12]A referência é de 16 de novembro de 1955, quando o corpo de Evita foi sequestrado e escondido por meio de pilhagens vingativas. Isto levou muitas mulheres a se tornarem guardiãs diante de tal ultraje, iniciando uma luta para a restituição do corpo de Evita, mesmo nos extremos da militância clandestina à qual foram expostas. Ainda que Perón, a partir de seu exílio forçado, tenha dado uma perspectiva diferente sobre este tempo de reorganização partidária: "Cada casa peronista será doravante uma unidade básica" (DOS SANTOS, 1983, p. 80).

LIGAÇÃO ALTERNATIVE

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/6747/6461> (pdf)